

Estado do Piauí
 Prefeitura Municipal de Guadalupe
 - Área de Segurança Nacional -

Lei nº 68/78 de 30 de Novembro de 1978

Estima a Receita e Despesa para o exercício de 1979 e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Guadalupe, Estado do Piauí.

Faco saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o orçamento Geral do Município de Guadalupe para o exercício financeiro de 1979, discriminado pelos anexos integrantes desta lei e que estima a Receita em R\$ 8.485,400 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) e a Despesa em R\$ 8.485,400 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, suprimientos de fundos e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor (Anexo I) e das especificações constantes do (Anexo II) e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	R\$ 3.449,700
Receitas Tributárias	R\$ 168,000
Receitas Patrimoniais	R\$ 184,500

Receitas Industriais	CR# 180,000
Receitas Transferências Correntes	CR# 2.852,200
Receitas Diversas	CR# 65,000
Receitas de Capital	CR# 5.035,700
Operações de Crédito	CR# 1.900,000
Alienações de Bens Móveis e Imóveis	CR# 70,000
Transferências de Capital	CR# 3.065,700
Total	CR# 8.485,400

Art. 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros constantes dos anexos I e II e respectivos quadros, conforme discriminação seguinte:

I - Despesas por órgãos de Governo e de Administração:

00 - Câmara Municipal	CR# 163.200
- Gabinete do Prefeito	CR# 488.800
01 - Secretaria Geral	CR# 1.394.800
02 - Departamento de Finanças	CR# 200.000
03 - Departamento Munic. de Estrada de Rod.	CR# 918.200
05 - Departamento de Saúde	CR# 170.000
04 - Departamento de Educação e Cultura	CR# 770.000
06 - Departamento de Obras e Serv. Urbanos	CR# 4.580.500
Total	CR# 8.685.400

II - Despesas por funções do Governo:

01 - Legislativa	CR# 163.200
03 - Administração e Planejamento	CR# 1.118.500
04 - Agricultura	CR# 682.000
05 - Comunicações	CR# 195.000
06 - Defesa Nacional de Seg. Pública	CR# 31.000
08 - Educação e Cultura	CR# 1.523.500
10 - Habitação e Urbanismo	CR# 2.903.000
13 - Saúde e Saneamento	CR# 472.000

15 - Assistência e Previdência	cr\$ 479.000
16 - Transporte	cr\$ 918.200
Total	cr\$ 8.485.400

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementares mediante utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de despesas fixadas nesta lei, com as seguintes finalidades:

I - Atender a insuficiência nas dotações, especialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando como recurso o definido no item II § do art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964;

II - Atender a programas financiados por receitas em destinação específica, utilizando como recursos o definido no item I, do § 1º, combinado com o § 3º, ambos do art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964;

III - Atender a insuficiência nas dotações destinadas a programas prioritários, utilizando, como recursos as disponibilidades caracterizadas no item III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios (ou a execução da despesa) ao comprometimento efetivo da receita.

Parágrafo único - Durante a execução do orçamento fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipa-

18
ção da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total das receitas, subtraindo-se deste o montante das operações de créditos classificadas como receita de Capital.

Art. 6º - O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar órgãos para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de Janeiro de 1979.

Guadalupe, 28 de Setembro de 1978

Julio César de Carvalho Lima
- Prefeito Municipal -

Sancionada, registrada a presente Lei sob nº 68/78 no livro 03 fls. 80 e 81 v. em 30 de Novembro de 1978.

Maria de Lourdes Carvalho Lima
- Secretária -